

DE OLHO NO MUNDO DO

TRABALHO



PELA VALORIZAÇÃO
DO TRABALHO, DA SAÚDE E DA VIDA!

**6ª CONFERÊNCIA DAS
PARTES DA
CONVENÇÃO-QUADRO**
REFORÇA NECESSIDADE DE
DIVERSIFICAÇÃO

BOLETIM DE OUTUBRO

Entre os dias 13 e 18 de outubro, a cidade de Moscou na Rússia recebeu a 6ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP 6). O evento, que é organizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) reuniu delegações de mais de 150 países. Esta edição foi a primeira conferência conduzida pela brasileira Vera Luiza da Costa e Silva, que assumiu o cargo de Chefe do Secretariado da Convenção neste ano.

Entre os temas debatidos na COP 6 estavam os Artigos 17 que trata do apoio a atividades alternativas economicamente viáveis e 18 que da proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

Grupo de trabalho

O Brasil tem participado ativamente dos grupos de trabalhos que elaboraram as diretrizes e recomendações para as Conferências das Partes (COP's). Merece destaque o papel de liderança do país na proposição da criação do grupo de estudos para os artigos 17 e 18. Durante a COP1, uma das missões assumidas pela delegação do Brasil foi a de mobilizar a inserção do tema alternativas à produção de fumo (artigo 17) na agenda de prioridades da COP. Esta atitude foi ensejada pelo fato de que a maioria dos Estados Partes do tratado não são de produtores de fumo, logo esse tema poderia ficar relegado a um segundo plano, frente à diversidade de ações da Convenção-Quadro consideradas prioritárias à redução do consumo. Como resultado, a COP criou um grupo de estudos com a finalidade de discutir e propor diretrizes para orientar os países produtores na adoção dos artigos 17 e 18.

Desde então as ações do Grupo se intensificaram e, no ano de 2007, o Governo Brasileiro organizou e patrocinou a primeira reunião do Grupo de Estudos Ad Hoc da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco sobre Alternativas Agrícolas à Produção de Fumo.

Essa iniciativa, coordenada pelos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, e das Relações Exteriores, reuniu diferentes países produtores de fumo para discutir o tema e para construir as primeiras orientações à COP na implementação do artigo 17. Nessa ocasião foi realizada uma audiência pública de caráter internacional sobre o tema. Este Grupo de Trabalho se reuniu duas vezes entre a terceira e quarta COP, apresentando na COP 4, que aconteceu em Punta Del Este, Uruguai, em 2010, um informe sobre os processos realizados pelos países que fazem parte do grupo, contendo uma descrição das opções e recomendações de política para as alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco, acordadas ainda na segunda COP.

Nesta mesma reunião no Uruguai ficou acordado que o Grupo de Trabalho continuaria seus estudos, tendo a missão de apresentar na COP seguinte, um documento com opções e recomendações de políticas para aplicação prática de alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco.

Na COP 5, realizada em Seul na Coreia do Sul, o Grupo solicitou a extensão do prazo do mandato para prosseguir com os estudos comparativos sobre um marco metodológico uniforme, e para avaliar meios de vida alternativos economicamente viáveis.

Para a COP 6 o Grupo de Trabalho, que é liderado pelo Brasil e conta com mais 35 países elaborou um documento com propostas voltadas a Agricultura Familiar e de incentivo à diversificação dos produtos cultivados. Além de ações políticas e recomendações com relação aos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro.

Discussões

Na edição de 2014 a comitiva brasileira, da qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fez parte, conseguiu a aprovação das

BOLETIM DE OUTUBRO

propostas que contemplam a agricultura familiar. Durante a plenária, os representantes brasileiros defenderam a promoção e diversificação da cultura do tabaco e a proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores. "Os agricultores familiares têm motivos para comemorar o resultado desta conferência porque o setor vai participar de todas as decisões e não haverá nenhuma restrição à produção e sim um apoio para diversificação e aumento da renda", comentou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller.

De acordo com o representante do MDA na COP 6, Hur Ben Correa da Silva, na plenária do primeiro dia do Comitê, onde os Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro eram discutidas, a proposta do Grupo de Trabalho foi contestada em função de alguns países não se considerarem em condições de adotar as medidas propostas.

Diante disso, o Comitê criou um grupo de trabalho Ad Hoc para ajustar os princípios propostos.

O grupo conseguiu trabalhar todos os itens propostos pelo documento, incluindo preocupações e sugestões sem alterar as propostas do Grupo de Trabalho. Na tarde do penúltimo dia da COP a proposta foi apresentada para o Comitê que a aprovou na sua totalidade.

"Na verdade essa foi uma grande vitória para o Brasil, tendo em vista que as opções de políticas e recomendações aprovadas são em grande parte inspiradas na experiência brasileira, qual seja as políticas públicas do MDA (crédito, seguro, mercado institucional, Ater, etc.), as parcerias, a metodologia de identificação de meios de vida e a participação ativa dos agricultores e suas organizações.

Foram mais de cinco anos de trabalho, recuos e avanços, muito aprendizado, e que resultou em um grande avanço na perspectiva de apoiar os agricultores produtores de tabaco na busca de alternativas economicamente viáveis e na proteção da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente", comemorou Hur Ben.

Entre as ações relativas aos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro aprovadas na COP 6 estão:

- A diversificação dos meios de subsistência deve ser o conceito que rege a implementação de alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco.
- Políticas e programas para promover meios economicamente viáveis de meios de subsistência alternativos devem ser baseados nas melhores práticas e ligados a programas de desenvolvimento sustentável•.
- A promoção de meios economicamente viáveis de meios de subsistência alternativos deve ser feito num quadro holístico que abrange todos os aspectos dos meios de subsistência dos agricultores e trabalhadores do setor de rapé (incluindo saúde, econômico e segurança alimentar socioambiental).

O documento ainda ressalta uma maior participação por parte dos agricultores na criação de políticas relativas à diversificação e alternativas à cultura do tabaco.

Delegação Brasileira na COP

A delegação brasileira que participou da COP 6 foi composta por diversos órgãos de governo, como os Ministérios da Fazenda, Relações Exteriores e Trabalho, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Advocacia Geral da União. Além dos membros do governo compareceram também representantes da Aliança de Controle do Tabagismo + Saúde (ACTbr+).

Porém, no evento que discutia estratégias para a diminuição no consumo do tabaco no mundo, mesmo sabendo que não poderiam participar, lá também estiveram representantes da Indústria do Cigarro. Mais uma vez, forçaram sua participação na Conferência, até que por solicitação dos integrantes da delegação da Austrália, foram convidados a deixar o evento.

BOLETIM DE OUTUBRO

Isso porque há uma cláusula na CQCT que prevê a não participação de membros que tenham relação com a indústria do tabaco. Entre eles estavam 15 lideranças do setor patronal do fumo brasileiro com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) o Sinditabaco, representantes das Indústrias de Tabaco do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e os deputados Marcelo Moraes (PTB), Adolfo Brito (PP) e Pedro Pereira (PSDB), todos parlamentares reeleitos para mais quatro anos de mandato, com apoio da Indústria do Cigarro.

Para variar, o fato de precisarem deixar o evento gerou “revolta por parte dos porta-vozes da indústria do cigarro”, que mais uma vez, criaram uma cena de cinema para a mídia, procurando se colocar como vítimas da situação. Muitos deles falaram em censura e falta de democracia. Questionada sobre o fato de a indústria ser impedida de participar da COP a Diretora Geral da Organização Mundial da Saúde, Margaret Chan, foi enfática. “Permitir que a indústria do tabaco participe das negociações de controle do tabaco é o mesmo que colocar a raposa para cuidar do galinheiro”, disse.

E mais uma vez, mesmo não participando nem opinando em nada, os representantes do setor patronal do tabaco brasileiro fingem que influenciaram decisivamente nas decisões tomadas com relação aos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro.

Diversos veículos de imprensa ligados à Indústria do Tabaco que, durante os meses que antecederam a COP pregaram que a produção e os agricultores brasileiros corriam riscos, agora repercutem que a importante participação dos representantes brasileiros fez toda a diferença e “salvou” economicamente as famílias que plantam tabaco. Porém, na realidade, a delegação dos países que compõe a CQCT já vai para a COP com seus posicionamentos definidos previamente. O mesmo ocorre com a delegação oficial brasileira, que discute em vários espaços anteriores a COP, inclusive um em que a

sociedade civil e a indústria do tabaco também são ouvidos, para definir quais serão os posicionamentos do país nos assuntos que serão discutidos em cada Conferência. Dessa forma, não existem meios eficazes de indivíduos que não podem participar dos espaços oficiais durante a COP, contribuir com quaisquer ações em favor ou contra o que está sendo discutido oficialmente.

Os que possuem boa memória devem lembrar-se que a indústria se comportou da mesma forma nas COP's anteriores, e muito possivelmente continuará agindo da mesma forma nas próximas – utilizando-se da mídia para ludibriar a opinião pública, colocar a sociedade civil e os agricultores que produzem fumo contra o Governo e passando por salvadores da pátria a cada COP. Considerando estes fatos, é mais provável que os representantes da cadeia produtiva do Brasil nada mais fazem nas Conferências das Partes do que aproveitar os eventos para fazer turismo nas cidades que cediam as COP's.

Pressão

A Indústria do Tabaco tem tentado exercer pressão sobre as decisões da COP 6 bem antes do evento. Para se ter uma ideia, no mês de setembro Brasília sediou o 1º Seminário Aberto da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil (CONICQ). O encontro, que aconteceu na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), fez parte da preparação de nosso país para a Conferência das Partes de 2014.

Participaram do Seminário os representantes de diversas entidades do setor fumageiro, produtores de tabaco, associações de agricultura familiar, instituições de pesquisa, ativistas da saúde, organizações da sociedade civil, sociedades médicas, representantes dos ministérios, entidades do governo membros da CONICQ e parlamentares, todos com sua pauta

BOLETIM DE OUTUBRO

de sugestões e reivindicações.

Semanas antes do Seminário os setores ligados à Indústria do Tabaco divulgaram notícias e deram entrevistas em tom alarmista, se dizendo preocupados com o futuro dos agricultores que plantam fumo no Brasil. Segundo o coordenador do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser), Amadeu Bonato, que participou do Seminário da CONICQ, este tipo de atitude é comum nas entidades ligadas ao setor patronal. "Sempre que o documento sobre a COP é divulgado eles promovem um debate para ouvir a opinião e recolher sugestões. Nessa audiência há representantes de dois lados claros, e o lado ligado à Indústria do Tabaco, mais precisamente o Sinditabaco, a Amprotabaco, a Afubra, entre outros, sempre tenta promover o medo nos agricultores. Esses setores, e isso acontece desde o início dos debates da Convenção-Quadro, divulgam notícias, notas e entrevistas com a intenção de distorcer informações. No início eles diziam que as plantações de fumo seriam proibidas, algo que não é verdade e o tempo provou isso", diz Amadeu. O coordenador do Deser alerta que algumas destas instituições insistem no mesmo discurso há anos. "Não há, na Convenção-Quadro, menção à proibição do cigarro ou do cultivo do fumo. O que diz é que, no caso de haver prejuízo para estes agricultores, os países devem providenciar alternativas viáveis. O setor patronal costuma pregar este medo. Há muita distorção nas informações repassadas pelos sindicatos e associações ligadas à Indústria".

Diversificação

Para promover a diversificação no Brasil, dentre as ações para atender ao proposto pela CQCT, envolvendo uma forte mobilização de setores governamentais e de importantes entidades representativas da sociedade civil e da agricultura familiar e, especialmente, do comprometimento assumido pelo governo

federal em garantir apoio aos agricultores familiares, foi anunciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a criação do Programa de Apoio à Diversificação Produtiva nas Áreas Cultivadas com Tabaco.

Em linhas gerais, o Programa de apoio à diversificação propõe quatro eixos estratégicos, que contemplam o financiamento a pesquisa, a assistência técnica e ao apoio no fortalecimento de mercado dos produtos alternativos ao fumo. O objetivo é apoiar os agricultores das regiões tradicionais de produção de fumo que estejam dispostos a diversificar suas atividades, implantando novas atividades agropecuárias.

Para aplicar o Programa são firmadas parcerias com organizações governamentais, não-governamentais e sociedade civil, que viabilizam a execução dos projetos de assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa. Sua gestão é coletiva e realizada pelas instituições que compõem a Rede Temática da Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora.

Assistência Técnica e Extensão Rural

Para oportunizar a diversificação de culturas nas áreas onde é cultivado tabaco o Programa de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) oferece Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a milhares de agricultores. O Programa já atendeu cerca de 80 mil agricultores desde sua criação, em 2005, ano em que o Brasil aderiu à Convenção-Quadro.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário dividiu a chamada em 13 lotes, com um investimento de R\$ 52.607.203,30. Mais de 11 mil agricultores familiares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná recebem Assistência Técnica e Extensão Rural para diversificarem sua atividade produtiva. No Paraná 1,200 famílias

BOLETIM DE OUTUBRO

estão sendo beneficiadas pelo Programa nos municípios de Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, São João do Triunfo, São Matheus do Sul, Irati, Palmeira, Mallet, Rio Azul, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Rebouças.

A ideia central do projeto é, com uma equipe de profissionais capacitados, contribuir com a diversificação da produção das famílias que hoje plantam tabaco e querem diminuir sua dependência nessa cultura. Para a Engenheira Agrônoma e coordenadora da chamada de ATER, que atua no projeto, Cleimary Fatima Zotti, a ação é fundamental para oferecer ao agricultor opções concretas de cultivo para além do tabaco. "Sem dúvida a realização dessa chamada de ATER para a diversificação em áreas cultivadas com tabaco é uma ação fundamental e estratégica para efetivamente contribuir com as famílias produtoras de tabaco, que buscam pela diversificação ou pela substituição da cultura por outra fonte de renda, de forma organizada e segura", disse.